



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

LEI Nº 328/2018

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO  
DE SANÇÃO e PROMULGAÇÃO LEGAL**

Pelo presente EDITAL DE PUBLICAÇÃO, o Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, Sr. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM, no uso de suas atribuições legais previstas nas Constituições Federal e Estadual e com fulcro no **art. 49** da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os cidadãos de São Pedro dos Crentes - MA, às autoridades constituídas e a todos a quem possa interessar que, nesta data, **SANCIONA E PROMUGA A LEI MUNICIPAL Nº 328/2018**, que Altera a lei nº 195, de 16 de janeiro de 2009, e dá outras providências, para que tenha vigência, eficácia e gere seus legais efeitos. E para que nenhum cidadão possa alegar ignorância, faço público o presente Edital que será afixado em local de costume e de fácil acesso ao público. Dou a Lei Municipal nº **328/2018**, de 31 de Outubro de 2018, por publicada.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES,  
ESTADO DO MARANHÃO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2018.**

  
**Lahesio Rodrigues do Bonfim**  
Prefeito Municipal

**CERTIFICO** que, nesta data, publiquei e registrei a presente Lei e seu respectivo Edital de Sanção e Promulgação, tendo sido afixado um exemplar no Átrio desta Prefeitura Municipal e demais locais de acesso ao público para que seja cumprida nos seus próprios termos. São Pedro dos Crentes/MA, em 31 de Outubro de 2018.

**Jessione Cardoso da Silva**  
Chefe de Gabinete



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
**CNPJ nº 01.577.844/0001-62**

**LEI Nº 328/2018, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.**

**ALTERA A LEI Nº 195, DE 16 DE  
JANEIRO DE 2009, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DO MARANHÃO,**  
no uso das atribuições legais e constitucionais, faço saber em cumprimento ao disposto na  
Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal de São Pedro dos  
Crentes, Estado do Maranhão, aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 18 da Lei Municipal nº 195/2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º,  
2º e 3º, com a seguinte redação:

**“Art. 18.....**

**§1º. Compete à Controladoria Geral do Município:**

**I - formular, propor, sugerir, acompanhar, coordenar e implementar ações  
governamentais voltadas:**

**a) à implantação de modelo para a supervisão técnica do Sistema de Controle  
Interno, compreendendo o plano de organização, métodos e procedimentos para  
proteção do patrimônio público, confiabilidade e tempestividade dos registros e  
informações, bem como a eficácia e eficiência operacionais;**

**b) ao combate à corrupção;**

**c) à correção e prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;**

**d) à eliminação de desperdícios em todas as áreas da administração pública  
municipal.**

**II - determinar a instauração de apurações preliminares, inspeções e demais  
procedimentos disciplinares de preparação e investigação, sem prejuízo das  
competências previstas pelo Estatuto dos Servidores;**

**III - compartilhar informações, celebrar convênios, termos ou ajustes, bem  
como acompanhar procedimentos e processos administrativos de outros órgãos  
ou entidades da Administração Pública Municipal, quer seja no âmbito do  
Legislativo, Executivo ou Judiciário;**

3



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
CNPJ nº 01.577.844/0001-62

**IV – realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso perante a Administração Pública Municipal, para exame de regularidade, determinando a adoção de providências, ou a correção de falhas;**

**V - requisitar procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da Administração Pública Municipal;**

**VI - requisitar aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal informações e documentos necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos da Controladoria Geral do Município;**

**VII - requisitar informações ou documentos de quaisquer entidades privadas encarregadas da administração ou gestão de receitas públicas;**

**VIII - requisitar, aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, os agentes públicos, materiais e infraestrutura necessários ao regular desempenho das atribuições da Controladoria Geral do Município;**

**IX - propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a repetição de irregularidades constatadas;**

**X - criar mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observância obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e pelas entidades incumbidas da administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;**

**XI - regulamentar a atividade de Correição, de Auditoria Pública, de Controle Interno, e de outras matérias afetas à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão, no âmbito da Administração Pública Municipal;**

**XII - atuar em conjunto com as Secretarias para assegurar a celeridade e a efetividade dos procedimentos administrativos disciplinares, fornecendo subsídios e orientações às Comissões instaladas para este fim;**

**XIII - encaminhar à Procuradoria Geral do Município os casos que configurem, em tese, improbidade administrativa e todos aqueles que recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências no âmbito da competência daquele órgão;**

**XIV - ter acesso direto a todos os sistemas e bancos de dados do Executivo;**

**XV - exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas pelo Prefeito.**

**§2º. O descumprimento injustificado das requisições do Controlador Geral no prazo assinalado acarretará responsabilização do agente omissor, com instauração do correspondente processo administrativo disciplinar, devendo ser**





ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
CNPJ nº 01.577.844/0001-62

observados, para a definição da penalidade, o impacto social da negativa e a imprescindibilidade das informações negligenciadas.

§3º. As competências da Controladoria Geral do Município se estendem, no que couber, às entidades privadas de interesse público incumbidas, ainda que transitória e eventualmente, da administração ou gestão de receitas públicas em razão de convênio, termo de parceria, termo de cooperação, contrato de gestão ou quaisquer outros instrumentos de parceria.”

**Art. 2º** O a Lei Municipal nº 195/2009, passa a vigorar acrescida do art. 18-A, com a seguinte redação:

**“Art. 18-A. A Controladoria Geral do Município tem a seguinte estrutura básica:**

**I - Gabinete do Controlador Geral; e**

**II – Auditoria de Controle Interno.**

**Parágrafo único.** A Auditoria de Controle Interno, departamento pertencente à estrutura administrativa da Controladoria Geral do Município, exercerá suas atribuições previstas na Lei Municipal nº 284/2016 mediante a direção e supervisão do Controlador Geral do Município.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de outubro do corrente ano, revogando-se todas as disposições contrárias.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. Ao Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete, a faça publicar, registrar e correr.

**Gabinete do Prefeito de São Pedro dos Crentes - MA, 31 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (2018).**

**Redigida e lavrada na Procuradoria do Município de São Pedro dos Crentes. Publicada no Paço Municipal, mediante afixação no local de costume e no Diário Oficial, na data supra.**

  
**LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM**

Prefeito de São Pedro dos Crentes